



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 3/XVII/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 29 e 30/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 37, 39, 40 e 41/XVII/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «o descontrolo na atribuição de nacionalidade e a necessidade de limitar o reagrupamento familiar». Depois de o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os

Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Em interpelação à Mesa, os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS) teceram considerações sobre a distribuição de lugares, já decidida e votada em Plenário, que não estaria a ser respeitada pelo Grupo Parlamentar do Livre, tendo o Presidente remetido para o resultado da votação já efetuada, que deveria ser respeitado.

Ao abrigo do [artigo 242.º](#) do Regimento, foi debatido o *Relatório Anual de Segurança Interna* (RASI) relativo a 2024, tendo proferido intervenções, além da Ministra da Administração Interna (Maria Lúcia Amaral), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Rocha](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Vanessa Barata](#) (CH), [António Rodrigues](#) (PSD) e [Pedro Vaz](#) (PS).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 16 horas e 56 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as portas, para que o público possa aceder às nossas galerias.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Francisco Figueira, para fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro o Projeto de Deliberação n.º 3/XVII/1.^a (PAR).

Deram também entrada os Projetos de Lei n.ºs 29 e 30/XVII/1.^a (L) e os Projetos de Resolução n.ºs 37, 39, 40 e 41/XVII/1.^a (CH).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Há só uma retificação a fazer na grelha de tempos, porque, por lapso, os serviços registaram 6 minutos e 30 segundos para a abertura, e é regimental serem 6 minutos. Prosseguiremos com a grelha que foi aprovada. Já informei o Grupo Parlamentar do Chega e, em particular, o Sr. Deputado André Ventura deste lapso, que é involuntário, e de que o tempo para a intervenção de abertura é de 6 minutos.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para darmos início ao debate e termos condições para ouvir o primeiro orador.

O primeiro ponto da ordem do dia consiste no debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «o descontrolo na atribuição de nacionalidade e a necessidade de limitar o reagrupamento familiar».

Dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura para fazer a intervenção de abertura, dispondo para o efeito de 6 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A razão por que estamos hoje aqui é fácil de compreender. O País em que vivemos tornou-se um absoluto descontrolo, nos últimos anos, em matéria de atribuição de nacionalidade, de imigração e de autorizações de residência.

O Partido Socialista, a governar durante sete anos, tornou a nacionalidade portuguesa num autêntico produto de venda de supermercado, capaz de se comprar, de se vender, de se ceder ou transacionar, como se faz com outro produto qualquer.

Devemos ao Partido Socialista, devemos a este Partido Socialista...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... um dos maiores crimes do nosso tempo em Portugal: o crime de ter vendido a nacionalidade portuguesa, de ter transacionado a residência portuguesa, de ter traído Portugal.

Aplausos do CH.

Nos últimos anos, os números são alarmantes. Mas olhemos para um último, que é conhecido: 120 000 imigrantes da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) entraram em Portugal, sem que seja conhecido o seu registo criminal.

Imaginem agora isto, perante um país, perante uma nação, perante um povo: 120 000 pessoas que entram sem sabermos se foram condenadas, presas, detidas por crimes como o de terrorismo, de corrupção, de agressões, de criminalidade organizada ou de tráfico de seres humanos.

É o bar aberto, o entrem como quiserem e como puderem. Venham beneficiar da segurança social portuguesa e entrem como entenderem. Nós, os mesmos de sempre, pagaremos.

Tudo isto foi feito pelo Partido Socialista, à vista de todos. Enquanto se falava em crescimento económico, enquanto se falava em desenvolvimento nacional, enquanto se falava de sobreestruturação ou de diminuição do peso do Estado e de aumento do humanismo português, vendia-se e transacionava-se Portugal.

Atentem nisto: os filhos de estrangeiros ilegais em Portugal obtinham a nacionalidade portuguesa ao fim de um ano em território nacional. Ou seja, entram ilegais, de apoios beneficiam enquanto ilegais, e os filhos se tornam ilegais para que os pais se possam depois tornar legais. Isto é criminoso.

Aplausos do CH.

É criminoso em qualquer país do mundo. É criminoso em qualquer país do mundo.

Aplausos do CH.

Aquilo que aconteceu nas últimas semanas, enquanto alguns episódios trágicos se desenrolavam aos nossos olhos, como o acidente de aviação na Índia, em que o País acordava para a realidade de cidadãos portugueses, ditos portugueses, ou os novos portugueses, como diz o Primeiro-Ministro Luís Montenegro,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que nunca tinham pisado este País, nunca tinham estado neste País, não sabiam dizer «bom dia» ou «boa tarde», nunca se tinham sequer preocupado em contactar as autoridades portuguesas, mas eram chamados de portugueses. Meus caros, isto foi absolutamente criminoso!

Em maio deste ano, a Polícia Judiciária, numa operação desenrolada no centro do País, detetou uma grande rede criminosa que facultava precisamente autorizações de residência sem que fosse preciso residir em Portugal. Ou seja, durante o tempo do Partido Socialista, vendemos residência a quem nem sequer vivia em Portugal. Já não bastava aos que vinham, os que cá queriam assentar ilegalmente arraiais.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Vendemos também àqueles que nem cá punham os pés.

Tudo isto foi feito. Extinguiu-se o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), fez-se uma AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), acabou-se com a política de controlo e abrimos as portas descontroladamente, e hoje não sabemos quem está, onde está e como está.

Perante isto, o Governo diz querer fazer alguma coisa. Acordou para um problema para o qual o Chega, durante anos, chamou a atenção, nesta Assembleia da República.

Do reagrupamento familiar à venda da nacionalidade portuguesa, e da importância de expulsar pessoas que tinham cometido crimes em território nacional, o Governo vem finalmente dar razão ao Chega, que defende: meus caros amigos e amigas, quem comete crimes e se tornou português só tem uma saída, deixar de ser português, porque é assim que devemos lidar com quem veio para Portugal para cometer crimes.

Aplausos do CH.

O Governo, claro, chegou tarde. Chegou tarde ao debate e quis juntar-se a ele.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sempre!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Mais vale tarde do que nunca», diz o povo português.

Mas aqui estamos. Sr. Ministro, vai ou não impedir a continuidade do reagrupamento familiar em Portugal, perante os números alarmantes conhecidos de que, hoje, 276 000 ainda aguardam nova residência em Portugal?

Basta fazer as contas, como diria um ex-Primeiro-Ministro socialista. Se há centenas de milhares já regularizadas e estão 276 000 por regularizar, façam as contas ao reagrupamento. Façam as contas à quantidade deles, menores ou não menores, com potencial de entrar em Portugal nos próximos anos, e chegaremos facilmente a um número entre 600 000 a 750 000 pessoas.

Isto é alarmante e isto tem de ser travado, custe o que custar.

Gostávamos, Sr. Ministro, que hoje não saísse deste debate com conversa oca e vazia; que dissesse, cara a cara, aos portugueses o quê e como vai fazer, e quem vai mesmo perder a nacionalidade depois de cometer crimes em território português.

Vamos ou não acabar com os subsídios de asilo de quem vem para cá, de quem vê recusada a entrada cá e fica a receber apoios da segurança social, durante meses?

Vamos ou não fazer uma auditoria à AIMA, para garantir que todas as autorizações criminosas dadas para entrar em Portugal, nos últimos anos, são devidamente investigadas?

Sr. Ministro, este é o repto do Chega. Este é o repto de uma Nação que quer ver resolvido, de uma vez por todas, um problema que a esquerda criou, mas que cabe agora à direita resolver.

O tempo não era ontem, é hoje. O tempo de fazer é agora.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não há pedidos de esclarecimento. O Sr. Deputado não tem nenhum pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É porque foi esclarecedor!

O Sr. **Presidente**: — A Mesa também não regista nenhuma inscrição para intervenção, como é costume.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já fez bem melhor! Já o vi a fazer melhor!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vocês nem no vosso melhor dia, coitados!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O nosso melhor é o vosso pior!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Nem conseguem perguntar!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Ministro da Presidência, para uma intervenção. Dispõe também de 6 minutos.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Voltamos, pouco tempo depois, a discutir um tema, de facto, importante.

Não é possível dizer que a imigração não é um tema fundamental para o País,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... quando Portugal passou pela maior transformação demográfica de que nos lembramos, desde o início do século XX, pelo menos, em que a população imigrante quadruplicou, aumentando em 1 milhão, de 4 % para 15 %.

É importante, tem impacto, para quem chega e para quem cá estava. É importante cuidar e que as pessoas possam confiar que estamos a fazer um trabalho de mudança, para que não desconfiem todos uns dos outros e também dos imigrantes, porque grande parte deles — e eu acho que esta Casa acredita nisso — está cá, cumpre as regras e trabalha.

Queria fazer o esforço de, em 1 minuto, tentar explicar, outra vez, o desastre da política socialista:

1 — Extinção do SEF, que deixou Portugal sem uma polícia de fronteiras.

2 — Manifestação de interesse criada, que abre a porta escancarada a tantas centenas de milhares, sem cumprir regras.

3 — Cento e vinte mil pessoas, que entraram sem controlo de registo criminal e registo de segurança.

4 — Quatrocentas e quarenta mil pessoas à espera de documentação, que não se sabia quem eram, onde estavam e o que faziam.

5 — Atraso no controlo dos novos equipamentos de fronteiras. No controlo de fronteiras externas de Schengen, Portugal era um dos últimos da Europa.

6 — Milhões de euros em dívida às organizações não-governamentais de apoio à integração de imigrantes.

7 — Capacidade dos centros de instalação temporária esgotada.

8 — O retorno que não funciona. Portugal é um dos países que menos retorna cidadãos imigrantes em situação ilegal.

9 — Facilitação preocupante na atribuição da nacionalidade.

10 — Serviços públicos totalmente impreparados.

Isto é uma herança errada, que se vai pagar por décadas, de efeitos e desafios da governação socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Enuncio outro desafio, porque a política de imigração em Portugal mudou — e mudou mesmo! — há um ano. Hoje é regulada, mas é uma regulação com humanismo.

Em 1 minuto, cito as 10 grandes mudanças feitas pelo Governo liderado por Luís Montenegro:

1 — Fechar a porta escancarada que existia com a manifestação de interesse, que levou a 60 % de redução nos pedidos de residência em Portugal.

2 — Criar uma estrutura de missão, que já multiplicou por sete a nossa capacidade de controlo da documentação de quem cá estava e não se sabia quem era.

3 — Relativamente às entradas da CPLP, dar dignidade através de um cartão conforme o modelo uniforme europeu, mas controlando os registos criminais.

4 — Mais de 500 000 casos de dados biométricos recolhidos e de registos criminais controlados.

5 — Centros de instalação temporária em construção.

6 — Proposta de criar uma polícia de fronteiras em Portugal.

São a favor, ou não? Já entrou na Assembleia da República a proposta.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

7 — Investimento de 25 milhões de euros, já feito, no novo sistema de controlo de fronteiras externas.

8 — Imigração laboral segundo regras em que os empregadores têm de assumir responsabilidades pela integração.

9 — Controlo dos fluxos migratórios, apertando as regras para a entrada, no âmbito da CPLP, e ajustando o reagrupamento familiar às maiores exigências europeias.

10 — Uma proposta para apertar a concessão de nacionalidade com exigência.

Um minuto, 10 mudanças que aconteceram este ano e que os senhores podem votar também.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Agora, o desafio mais difícil de todos: as 10 mudanças na imigração, para uma imigração mais regulada, que o Chega já conseguiu implementar em Portugal.

Pausa.

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Convenceu-nos de que era um assunto importante!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Não consigo. Não consigo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Eu podia dizer assim, em relação à manifestação de interesse, que fechámos: «O que é que o Chega quis? Nada.»

Protestos do CH e da IL.

Mais, a polícia de fronteiras, que quisemos criar, o retorno acelerado, que propusemos avançar,...

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

... ou o reagrupamento familiar e as suas limitações e exigências, que não constavam do vosso programa eleitoral,...

Protestos dos Deputados do CH André Ventura e Pedro Pinto.

... ou ainda a extensão dos prazos mínimos para a nacionalidade, que não constavam do vosso programa eleitoral. Tanta coisa!...

Mas queria só dizer isto: chegou o momento de, finalmente, o Chega poder contribuir com o seu voto para que haja pelo menos uma regra, uma solução, que controle mais a imigração em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem dois pedidos de esclarecimento e informou a Mesa que responderá aos dois em conjunto.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 2 minutos e a quem dou a palavra para o efeito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, depois deste momento algo cómico do Governo aqui, na Assembleia da República, sobre a imigração,...

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... acho que o Sr. Ministro reconhecerá que houve um partido em Portugal — um! — que nos últimos anos chamou a atenção para o facto de os senhores e o PS estarem a ser, e esta é a palavra, frouxos em matéria de controlo migratório. Acho que isso é legítimo.

Aplausos do CH.

Mas o Sr. Ministro tem razão: o reagrupamento familiar, de facto, está no programa do PSD. E eu, quando as pessoas têm razão, gosto de a dar.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — O Chega não tem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, vou ler: «Políticas ativas de atração de núcleos familiares e reforço do incentivo à reunificação familiar.»

O Sr. Ministro tem razão. De facto, há reagrupamento, só que é diferente. Nós queremos acabar com ele, vocês querem trazer todos para cá. Essa é que é a diferença!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vão ler o programa! Vocês não leram o programa!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Sabe ler?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó, Sr. Ministro, sei que o Sr. Ministro não é o líder do PSD, e portanto não debate para ser primeiro-ministro, mas viu o debate certamente e viu quando eu disse ao seu líder que o que se passava com a CPLP e com os vistos da CPLP era uma vergonha. E o seu líder disse assim: «Mas não concorda que brasileiros e timorenses possam ter um visto próprio?» E eu — leiam os meus lábios — disse: «Não, não concordo.» E os senhores, o que é que quiseram fazer agora? Acabar com o regime de exceção para brasileiros e para timorenses.

Ó, Sr. Ministro, faça-nos uma coisa: saia daí e deixe-nos governar, que é mais fácil. Nós fazemos! É mais fácil! É mais fácil!

Aplausos e risos do CH.

Agora, não faça é o País de parvo, porque o País sabe que houve um partido, desde o dia 1, que quis controlar a imigração. Houve outro partido que, desde o dia 1, com medo que o centro político se perdesse, vendeu a alma ao PS. Não fomos nós, foi o PSD!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra, dispondo de 1 minuto, para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sabemos que hoje há quem bata no peito para vir reivindicar a paternidade destas políticas, mas parece-nos que temos de voltar a centrar o debate no essencial e, acima de tudo, em políticas com regulamentação, com humanismo, lembrando também a nossa evidente responsabilidade para com os portugueses que temos lá fora, na diáspora, que, se estiverem sujeitos a estas mesmas regras, podem de alguma forma ser igualmente prejudicados.

Assim, Sr. Ministro, há duas questões que gostaria de lhe colocar. Uma delas prende-se com o facto de as próprias políticas do Governo estarem, de alguma forma, a distinguir quem tem dinheiro de quem não tem. Isso não é humanismo, é uma opção política. Nesse sentido, parece-nos que, no que diz respeito à política da nacionalidade, há um passo atrás que achamos bastante incompreensível.

A outra questão prende-se com a integração. É que a aprendizagem da língua portuguesa é absolutamente fundamental quer para quem imigra quer para quem acolhe e procura integrar no contexto laboral estas pessoas. No entanto, não está a ser fiscalizada a forma como a aprendizagem do português está a decorrer. Por isso, gostaríamos de saber se há medidas que este Governo está a pensar adotar para que isso aconteça e para que se perceba como, quando e com que certificação estes cursos estão a ser dados, de forma que haja a melhor integração possível no nosso País.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro da Presidência tem 1 minuto e 51 segundos para responder, por cedência de 1 minuto por parte do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PSD não tem nada para dizer!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, começo por lhe responder a si. Convido-a a ler — creio que já estão disponíveis no portal do Parlamento — as

três propostas legislativas que deram entrada para discussão na próxima semana, que incluem as regras que regulam o reagrupamento familiar, as quais, como compreenderá, respeitam a necessidade de ter mais exigência e honrar os nossos compromissos e deveres internacionais de equilíbrio e respeito em relação à dignidade da pessoa humana.

Relativamente à integração e ao esforço da aprendizagem da língua portuguesa, cito-lhe só a contratação de 280 mediadores culturais para ajudarem as crianças migrantes a aprenderem português nas escolas e assim se integrarem com dignidade e eficácia.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Deputado André Ventura, compreendo que ainda não tenha aceite bem o resultado eleitoral.

Risos do CH.

Continua a achar o Sr. Deputado que os portugueses o deviam ter escolhido para governar. Já me lembra aqueles senhores que não ganhavam a eleição, mas achavam que estavam sempre com a vantagem moral e falavam como se estivessem a governar.

Protestos do CH.

Não aconteceu. Os portugueses escolheram quem também na imigração está a regular, fazendo-o sem um discurso radical.

Protestos do CH.

Deixe-me citar o que está na página 140 do Programa Eleitoral da AD (Aliança Democrática), quando o seu não diz uma palavra sobre reagrupamento familiar.

Vozes do PSD: — Zero!

Protestos do CH.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — É a sua nova paixão!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós não queremos que eles venham!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O programa diz que é necessário regular a entrada e os fluxos migratórios, também de reagrupamento familiar, à capacidade de integração do Estado português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é para entrar, é para sair!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Mas quero terminar a dizer isto: têm agora uma oportunidade, com as três propostas legislativas que vamos discutir para a semana. Espero que finalmente o Chega contribua com o seu voto para que haja regulação da imigração a sério em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A verdade que é preciso dizer às pessoas é que o Chega defende que qualquer um possa ter residência em Portugal, desde que pague 500 000 € por um visto *gold*.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Lá vem ela com os vistos *gold*!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Aí, não importa se fala a língua, se é corrupto, se é criminoso. Pode comprar o visto *gold* e vem para Portugal.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Assim ficas sem lugar aqui!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Querem imigrantes para trabalhar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para violar!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... para contribuir para a segurança social, mas querem que o façam sem direitos: sem o direito a ter a mulher e os filhos no sítio onde trabalham.

Não querem imigrantes integrados. São políticos cruéis, querem a economia portuguesa a viver à custa de imigrantes pobres — pobres! — e ganhar o voto com políticas de ódio contra os mais frágeis, que não se podem defender.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

Mas a maior vergonha neste debate não é o Chega. É o facto de o PSD e a Iniciativa Liberal irem de arrasto no oportunismo e na política racista e xenófoba do Chega.

Aplausos do L.

Vozes do CH: — Eh...!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Isto são insultos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vá, batam palminhas!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Srs. Deputados, a maior vitória do Chega é a política do PSD e as alterações que apresentaram à lei.

Protestos do CH.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Fascista!

O Sr. **Presidente:** — As ideias combatem-se com ideias. Se o Chega quiser exercer algum direito de protesto, fá-lo-á, e não o Presidente.

Protestos do CH.

Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate não é sobre o descontrolo na imigração, mas sobre o descontrolo no debate sobre a imigração no nosso País e sobre o descontrolo de um Governo que, nesta matéria, nos apresenta medidas que nos fazem recuar 30 anos.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Entre o discurso do Governo — de dignificar as migrações, de humanismo — e a prática existe um abismo, com propostas que são muito provavelmente inconstitucionais, como a de inviabilizar a atribuição de nacionalidade a quem seja condenado ou a de criar regimes diferentes para grupos diferentes de pessoas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Vai acontecer!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... algo que já tivemos no nosso País e que foi eliminado precisamente por receios de violação do princípio da igualdade.

Propõem também a simplificação administrativa para alguns e um labirinto burocrático para outros. É isto que o Governo tem para apresentar, retirando a aquisição de nacionalidade de forma automática às crianças que nascem em território nacional e aprovando limitações ao reagrupamento familiar.

Não deixa de ser estranho que partidos que se dizem sempre partidos das famílias,...

Protestos do CH.

... que dizem estar ao lado das famílias, apresentem propostas para limitar drasticamente a possibilidade de reagrupamento familiar, para garantir que as famílias continuem juntas,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Podem ficar juntas no seu país de origem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... algo que é reconhecido, não só no direito internacional como no direito europeu, como um direito humano e que é essencial para a integração efetiva dos imigrantes no nosso País. O Governo não tem qualquer tipo de propostas nessa matéria.

Agora, quer o Governo não só limitar esse direito, como ainda sujeitá-lo à total discricionariedade da secretaria, algo que, na verdade, já acontece, uma vez que há mais de três anos que praticamente não abrem agendamentos para reagrupamento familiar para pessoas que estejam fora do território nacional. Mas, claro, estas limitações deixam de existir se estivermos a falar de vistos *gold*, porque não há nada que o dinheiro não possa pagar.

Já agora, Sr. Ministro, deixo também uma sugestão e um desafio: já que o Governo quer que os imigrantes assinem uma declaração formal de adesão aos princípios do Estado de direito democrático e da nossa Constituição, vamos alargar essa ideia e podemos começar aqui, pelo Parlamento.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 4 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos tido maus Governos e péssimos Governos nos últimos anos em Portugal.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

São maus Governos, quando tomam medidas negativas para as populações; são péssimos Governos, quando tomam medidas que são negativas para as populações durante anos a fio, cujas consequências se verificam durante anos ou mesmo décadas.

Os Governos de António Costa estão nesta última categoria: foram péssimos Governos, porque tomaram medidas nocivas para os portugueses para várias décadas, em alguns casos.

Olhemos para a situação da saúde, área em que foram tomadas medidas que implicaram o fim das PPP (parcerias público-privadas), com prejuízo para as populações, e isso terá consequências durante vários anos e décadas. Ainda na saúde, vejam-se as consequências das medidas dos Governos socialistas em matéria de

listas de espera, de encerramentos de urgências — tudo aquilo que conhecemos e de que hoje padecemos enquanto portugueses.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Na educação, vemos a escola sem professores para os alunos. Na habitação, vemos a crise profundíssima que resulta das políticas socialistas.

Qual é o problema disto, para além das consequências óbvias? É que, se olharmos para a esquerda, nestas matérias e também em matéria de imigração, eles não só fizeram isto que fizeram, como fariam exatamente a mesma coisa, se tivessem uma nova oportunidade de decidir o futuro do País.

Olhando para a imigração, houve, pelo menos, três erros capitais. Primeiro erro, o regime da manifestação de interesse, com o descontrolo total da entrada de pessoas em Portugal. Segundo erro grave — gravíssimo! —, a extinção do SEF, deixando sem qualquer controlo administrativo o País. Terceiro erro, aquilo que também já foi referido, as 120 000 pessoas que entraram sem controlo do seu registo criminal.

O problema que subsiste é que fariam exatamente a mesma coisa, se estivessem no poder.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Exatamente a mesma coisa, exatamente com as mesmas consequências.

Hoje estamos a discutir o tema do reagrupamento familiar. É óbvio que o reagrupamento é desejável em condições normais, porque pressupõe uma maior capacidade de integração das pessoas que entram em Portugal. É por causa da esquerda que hoje somos forçados a analisar medidas de restrição do reagrupamento familiar.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, aquelas bancadas que aqui estão, o que deveriam estar hoje a fazer era a pedir desculpa aos portugueses,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... em vez de criticar aquilo que, em urgência, em desespero, se faz em matéria de reagrupamento familiar.

Para essa discussão, não contam com a Iniciativa Liberal. Contam com a Iniciativa Liberal para assumir que é preciso restringir até o reagrupamento familiar, devido às políticas desastrosas que a esquerda tomou e, mais do que isso, voltaria a tomar, nas mesmas circunstâncias.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente:** — Não há mais inscrições para intervenção.

Se não houver mais inscrições, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura para encerrar o debate, com o tempo disponível de 3 minutos e 37 segundos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Peço a palavra para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD tem ainda uma intervenção para fazer e não se importa de solicitar que seja feita agora.

Seguindo a boa tradição parlamentar, uma vez que o Governo já fez a sua intervenção neste debate e que o PSD é a bancada que suporta o Governo, não nos inscrevemos para permitir que os partidos da oposição pudessem usar da palavra.

Se for para entrar naquele jogo do empurra, nós não entramos em infantilidades e inscrevemo-nos já.

O Sr. **Presidente**: — Como sabe, não sou eu que controlo os procedimentos de inscrição, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, usando da palavra mais uma vez sobre a condução dos trabalhos, creio que pesará na consciência de alguns o debate que se está aqui a fazer.

Assim, o PSD inscreve o Sr. Deputado Cristóvão Norte.

O Sr. **Presidente**: — Então, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD, para uma intervenção. Dispõe de 5 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Há uma semana estivemos aqui, precisamente, a debater o Programa do Governo.

Um dos compromissos essenciais desse programa é rever a Lei da Nacionalidade. Queremos uma Lei da Nacionalidade que garanta que aqueles que desejem ser portugueses o sejam pelas razões justas e próprias: porque amam este País e porque se querem ligar para sempre a Portugal.

Para isso, o Governo apresentou uma proposta de lei, que deu ou dará entrada na Assembleia da República, e que tem princípios fundamentais que subscrevemos na íntegra: ter apego à língua,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Apego?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... sentido de pertença, conhecer a nossa história e conduzir-se de acordo com princípios fundamentais que moldam a nossa vida social.

A nacionalidade tem de ser valorizada, não banalizada.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A ideia de que o mero decurso do tempo é condição necessária e suficiente para se ser português é uma ideia que tem tanto de generosa quanto de irrealista, e conduz a uma indesejável banalização que, do acesso à nacionalidade, a transforma; ao invés de ampliar a comunidade política, diminui e enfraquece-a, fragilizando o chão comum que a deve revestir.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o nosso propósito não é legislar contra ninguém; é legislar a favor de todos. O nosso propósito não é legislar para estigmatizar; é legislar para unir. O nosso propósito não é legislar para radicalizar; é legislar para resolver.

Portugal é uma extraordinária história, um país que, à luz dos desafios que enfrentámos em tantos séculos, muitos dizem que seria uma história improvável. O seu maior valor, o nosso maior valor, é o seu sólido substrato: é a ideia de comunidade política, a qual nunca se deve esboroar.

A maior homenagem que se pode fazer a quem, por força do seu percurso de vida, quer de corpo e alma ser português, não o sendo originariamente,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — De corpo e alma...? Ai!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... é assegurar que esse ato tem valor, tem sentido, é reconhecido e apreciado, que se é português de forma igual, com intensidade igual, com sentido igual.

Para isso, ser português não pode ser vulgar, banal, indistinto. Não! A nacionalidade é o reconhecimento de quem nós somos. Quem quiser partilhar deste orgulho tem de o sentir. Só assim se preserva a coesão nacional, só assim se salvaguarda a comunidade política, só assim se fortalece Portugal.

Muitos invejam esta nossa circunstância.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh...!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Nós, porém, devemos prezá-la com humanismo, com sentido cívico, com tolerância e respeito por todos. Não somos ilhas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não somos ilhas...?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... sentimos as vitórias e derrotas uns dos outros. E não deve ser apenas o mero interesse de cada um a superar a argamassa daquilo que se deseja ser uma comunidade forte, orgulhosa, tolerante e humanista.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal tem alma. Temos de cuidar dela, não devemos perdê-la.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se houve algum descontrolo na atribuição da nacionalidade portuguesa,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se houve?! Haja vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se houve?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ouçam bem, ouçam bem!

Se houve algum descontrolo na atribuição da nacionalidade portuguesa, tal deve-se a dois fatores.

Primeiro, o escândalo da manutenção em vigor por muitos anos de uma chamada «lei dos sefarditas»,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Agora a culpa é dos judeus?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... que, tendo partido da ideia de uma reparação histórica, que se pensava ser simbólica, da expulsão dos judeus sefarditas de Portugal há 500 anos, acabou por se tornar num expediente para a atribuição fraudulenta da nacionalidade portuguesa a dezenas de milhares de pessoas sem qualquer ligação à comunidade nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é muito próprio dos comunistas...!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Num processo que está nas malhas da justiça, envolvendo a Comunidade Israelita do Porto,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... a nacionalidade portuguesa era vendida nas agências de viagens em Telavive a quem a quisesse obter por conveniência e dinheiro, ao ponto de chegarmos a saber que até o oligarca russo Abramovich tinha obtido a nacionalidade portuguesa por essa via.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Russo, mas não soviéticos!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vejam bem aquilo que os senhores andaram a defender! Sobre isso, não vimos o Chega levantar um só dedo.

Mais: o que vimos o Chega fazer foi votar contra o projeto de lei do PCP, há dois anos, que propunha a cessação de vigência desse regime, veja-se lá, de pessoas que não tinham qualquer ligação nem conhecimento da língua portuguesa.

O segundo fator de descontrolo chama-se «vistos *gold*». Ou seja, um milionário que venha a Portugal comprar uma casa de luxo, que a esmagadora maioria dos portugueses e dos imigrantes não pode comprar, obtém uma passadeira vermelha para autorização de residência, que, com o decorrer do tempo, pode levar à obtenção da nacionalidade.

Para a obtenção dos vistos *gold*, o Chega, mas também o PSD, o CDS e a IL, não querem saber de critérios, nem de ligação à comunidade, nem de registos criminais, nem de conhecimento da língua — haja dinheiro, é o que basta!

Depois vem o Chega pretender limitar o reagrupamento familiar, mas apenas para os pobres. As alterações recentemente anunciadas pelo Governo em matéria de imigração, mais do que uma cedência ao Chega, o que revelam é a materialização da agenda do PSD e do CDS. Para lá das legítimas dúvidas constitucionais que tais opções suscitam, constitui um retrocesso no plano dos direitos humanos, deixando os imigrantes que cá trabalham e que cá descontam mais vulneráveis e expostos à exploração e às malhas das redes de tráfico.

Limitar o acesso ao reagrupamento familiar por parte dos imigrantes que vêm para Portugal para trabalhar e que, com toda a legitimidade pretendem ter consigo os seus filhos e cônjuge, e isentar de tais limitações aqueles que venham ao abrigo do cartão azul e os titulares de visto *gold*, não corresponde a qualquer princípio humanista. É diferenciar imigrantes em função das qualificações ou em função da carteira, estes últimos com direitos assegurados, enquanto os imigrantes que procuram uma vida melhor no nosso País são muitas vezes angariados por entidades patronais que, quando já não precisam deles, os abandonam à sua sorte — a estes imigrantes, não são assegurados direitos.

É desumano, mas é este o critério do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal: para os ricos, direitos sem deveres; para os pobres, deveres sem direitos.

O reagrupamento familiar é um elemento central de uma efetiva política de integração social das comunidades imigrantes. Limitar e restringir só favorece a imigração ilegal, as máfias e o tráfico de mão-de-obra barata. A direita não quer imigrantes com condições dignas de trabalho. O que a direita quer são trabalhadores para explorar, de preferência ilegais, a viver em barracões...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso foi a geringonça que fez!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e que possam, de facto, ser explorados sem protestar e expulsos como bodes expiatórios dos problemas nacionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A apreciação sobre a pertinência do tema de hoje e sobre a oportunidade, que também já aqui foi criticada, de o Governo, nas suas primeiras medidas depois de investido, ter eleito a imigração como uma prioridade e os problemas associados à imigração como prioritários para resolução, diz muito sobre se este Parlamento está sintonizado com aquilo que são as preocupações dos portugueses ou está dessintonizado dessas preocupações.

Isso tem muito a ver também com a realidade desta Assembleia: com quem cresceu, com quem diminuiu e com aquilo que é a posição da esquerda. Chegámos a ouvir agora metade da intervenção do PCP a tentar explicar-nos que o único problema que existe com a imigração em Portugal, a existir — eu registei o «a existir» —, segundo o PCP, é culpa dos judeus! Ora dizer a qualquer português, neste momento, que se existir algum problema com a emigração — a existir! — é, segundo o PCP, culpa dos judeus... Ó Sr.^a Deputada...!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não ouviram bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr.^a Deputada, é não ter a menor noção de coisa nenhuma.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

A senhora não faz ideia do que é, para cada português, olhar à volta, ver o seu País em circunstâncias substancialmente diferentes do País em que nasceu e não perceber como é que isso aconteceu, tendo o País sido governado, durante anos, por uma irresponsabilidade tremenda — tremenda! É que quem governava, a primeira coisa que tinha de fazer era proteger o País que recebeu e entregá-lo à geração seguinte melhor do que aquilo que tinha recebido, mas deixou descaracterizar o País e deixou as pessoas desprotegidas.

Continuação de protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

E não são só os portugueses! Deixou desprotegidos os portugueses e deixou desprotegidos aqueles que deixou entrar, que os senhores acham que depois vos vão dar palmadas nas costas a agradecer por os terem deixado entrar às três pancadas.

Mas tenho de lhe perguntar, Sr.^a Deputada: acha que alguém que dorme ao monte, com 20 e 30 pessoas, num espaço exíguo, lhe vai dar alguma palmada nas costas a agradecer?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vai-lhe dar é uma paulada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acha que alguém que está cá com o risco de, a qualquer momento, poder ser preso e mandado embora porque não tem um contrato de trabalho, porque não tem condições de subsistência, porque não tem nada que lhe permita viver dignamente aqui — a única coisa que tem é a condescendência de uma esquerda irresponsável —, lhe vai dar palmadas nas costas a agradecer?

Os senhores não foram bons para os portugueses e nem sequer foram bons para quem deixaram entrar às três pancadas. Os senhores descaracterizaram completamente o País e trataram mal — trataram muito mal! — quem cá entrou desta maneira.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E agora acham que, quando se discute o reagrupamento familiar, também é deixar entrar tudo ao mesmo tempo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mais uma vez, como já foi dito aqui pelo Sr. Deputado Rui Rocha, não percebem que não é a mesma coisa ter reagrupamento familiar num país em que a percentagem de imigrantes é uma percentagem relativa ou noutro.

O reagrupamento familiar, para quem valoriza a família... Aliás, acho extraordinário, porque a única forma de a esquerda valorizar a família é no reagrupamento familiar dos imigrantes; só para o reagrupamento familiar dos imigrantes, de outra maneira, está quieto! Só assim a família é importante. É extraordinário!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos dos Deputados do L Rui Tavares e Paulo Muacho e da Deputada do PCP Paula Santos.

Para o resto, por exemplo, na escola, se for para ter opinião sobre a forma como os filhos estão na escola, a família não interessa nada, mas se for para reagrupar imigrantes, a família já é importantíssima.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ideologia de género!

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho e da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os Srs. Deputados ainda não perceberam que os portugueses já perceberam o ridículo disso tudo; já perceberam o absurdo disso tudo! Portanto, numa sociedade normal, em que a imigração é relativa, o reagrupamento familiar é importante para a integração; numa sociedade como a nossa, em que a imigração disparou de repente, só serve para agravar ainda mais os problemas, para ficarem pior os que cá estão e os imigrantes que vieram. E isso tem de ser dito com transparência, porque governar também é isso. E serve para todos. Governar é ter opções nos momentos em que essas opções têm de ser tomadas.

O momento de tomar opções relativamente à imigração é este: dizer aos portugueses que têm todo o direito de se querer sentir seguros e dizer aos imigrantes que são necessários,...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Que vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... são importantes, têm de ser tratados com dignidade, mas só podem vir os que efetivamente se puderem integrar e, acima de tudo, só podem vir aqueles que vierem para respeitar as nossas regras, viver segundo a nossa forma de vida...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista, que dispõe de 5 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pensa que os debates parlamentares são oportunidades para esclarecer e consensualizar.

Até ao momento, da parte de algumas bancadas, o debate parlamentar serviu para o contrário, para «desesclarecer», tentando deturpar com factos que não correspondem à realidade. E o que menos encontramos é uma tentativa de consenso, de diálogo e de tentarmos encontrar pontos comuns, relativamente ao que é fundamental neste debate: precisa, ou não, Portugal de contar com os migrantes que, junto de si, hoje trabalham e garantem a agricultura, o turismo, o comércio, que garantem que há cuidadores nos lares para tratar dos nossos idosos, que garantem que o balanço demográfico deve voltar a ser positivo, que a agricultura e que setores como a pesca são fundamentais.

Se estivéssemos de acordo quanto a isso, aquilo com que deveríamos estar a gastar o nosso tempo neste debate seria arranjar as melhores fórmulas para garantir que isso acontece,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... que estas pessoas continuam a contribuir para a Segurança Social — não é de dela beneficiar injustamente,...

Aplausos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

... é para ela contribuir com as suas contribuições, com o seu trabalho, com o fruto do seu suor, para a nossa vida coletiva — e arranjarmos as melhores fórmulas e soluções para que isso possa acontecer. Não seria

acicatar ânimos, não seria, seguramente, deturpar factos e dar informação errada à Câmara sobre aquilo que sucede.

Quem marcou o debate — o Sr. Deputado André Ventura, que fez a intervenção inicial — misturou todos os temas possíveis que pudesse associar às migrações, como se eles tivessem a mesma relevância ou a mesma pertinência num debate desta natureza. Elimina elementos que deviam fazer parte deste debate e mistura outros que dele não deviam fazer parte. Mas é importante que se possa responder àquilo que é falso. Não, não se nasce em Portugal português pelo mero facto de se nascer no território nacional.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Um ano!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — A lei da nacionalidade exige que quem nasça em território nacional tenha de ser filho de alguém que esteja legalmente em território nacional. E este é um facto, que tem de ser o ponto de partida deste debate.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Um ano!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não, não, Sr. Deputado. Para se obter automaticamente a nacionalidade por se nascer em território nacional, a pessoa tem de estar legalmente em território nacional para que esse efeito automático com o mero nascimento aconteça.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E se não estiver?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Fala muito de números, mas não há evidência nenhuma, não há um número sobre o «perigo galopante» das alterações na nacionalidade. Se este é um debate acerca de uma «onda avassaladora», onde é que estão esses números? Várias pessoas o indiciaram, mas aquilo que temos, no comparativo com outros anos, é que em 2023 até tivemos menos pessoas a adquirir a nacionalidade por naturalização do que o ano anterior.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro, tem sido um descontrolo!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não estou a dizer que não possamos discuti-lo, estou só a dizer que a escala do problema, como é pintada, é deturpada e falsificada.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, claro!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Lá atrás ninguém bateu palmas!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Já agora, se vamos fazer política séria, não utilizemos tragédias para tentar mascarar a realidade. O Sr. Deputado invocou, há instantes, a questão de 7 pessoas que perderam a vida num desastre de aviação.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mas que não eram portugueses!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Vem perguntar: «Quem são estas pessoas, estas pessoas em quem se desbaratou a nacionalidade?» Ora, hoje é sabido que estas pessoas descendem de cidadãos portugueses nascidos no então Estado português da Índia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que isso está?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muita vontade tem a bancada do Chega para invocar o passado glorioso,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... mas não é capaz de olhar para o teto da Sala das Sessões e verificar que, a dada altura, na história deste País, de facto, o Estado da Índia elegia Deputados para esta Câmara...

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

... e que o Estado da Índia e os seus descendentes, de facto, têm nacionalidade portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande império!

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E essas pessoas merecem, como nossos concidadãos que são, respeito neste debate, e devem ser poupados; a tragédia familiar dessas pessoas deve ser poupada.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Dá para rir?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Ninguém nega as várias vias para chegar à nacionalidade portuguesa e era positivo que a Câmara também não o fizesse.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Quando se alega que há evidência de redes que traficam e que violam a lei, ora cá está, se violam a lei isso significa que temos regras,...

Continuação de protestos do CH e do CDS-PP.

... que temos regras que são fiscalizadas, em que as autoridades policiais, a Polícia Judiciária garante que há o seu cumprimento.

Queria focar-me naquilo que vai ser o debate importante nas próximas semanas. A questão da nacionalidade foi trazida para este debate pelo Governo. O Sr. Ministro deu aqui vários elementos que nos deixam várias dúvidas quanto às opções que quebram consensos.

Sim, é verdade que pode ter havido discordâncias ao longo da última década, em algumas normas e em algumas regras aplicáveis. Mas os princípios nos quais assentava a lei da nacionalidade, esses nunca mudaram: a ideia de que pode haver perda de nacionalidade, ou duas categorias diferentes de nacionalidade; a aplicação retroativa de medidas; a ideia de que a contagem do tempo não deve tentar proteger as pessoas que tentam acelerar a nacionalidade, tendo em conta os impactos negativos da demora do funcionamento dos serviços; a forma como sempre fomos construindo, com sabedoria, regras que exigem — sempre! — o conhecimento da língua portuguesa, como se este elemento não fosse fundamental e que só em raros casos são dispensados, e sim, em algumas alterações legislativas que não correram bem na sua implementação e que, depois, a Câmara corrigiu — como foi o caso, por exemplo, da legislação sobre a aquisição de nacionalidade por descendentes de judeus sefarditas, que foi corrigida e que, atualmente, vigora de forma meramente residual.

Era importante que o PSD recordasse aquilo que em tempos dizia nesta Câmara. Em 2006, o que é que ouvíamos da parte do PSD? Criticava o PSD de então o Governo do Partido Socialista da altura, dizendo que não era suficientemente ambicioso. Cito o orador nessa sessão, em que se propunha, como requisito de residência, o prazo de seis anos, alterando apenas o prazo para os cidadãos não nacionais de países lusófonos: «O PSD entende que passar de 10 para 6 anos o requisito da residência é uma medida positiva, mas entende, também, que, no caso dos nacionais de países lusófonos e também nos casos dos países dos Estados-Membros da União Europeia, o Governo podia seguir a nossa linha de orientação, sendo menos restritivo e encurtando o prazo de residência para quatro anos.»

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Em 2006!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Dizia o PSD, e bem; dizia o orador, e bem; dizia o orador Luís Montenegro, neste debate sobre a lei da nacionalidade.

Aplausos do PS.

Posição que respeitamos, posição que devia, eventualmente, regressar à ponderação que o PSD devia fazer na sua participação neste debate e na capacidade de, de facto, construtivamente, com todos, com a Câmara, com os nossos concidadãos e com os nossos futuros concidadãos, construir um país mais justo, onde haja espaço para todos e onde todos possam viver.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, a Mesa regista a inscrição, para um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD, que dispõe de 1 minuto e 2 segundos para efeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, o Sr. Deputado tratou aqui de dizer que, nas intervenções anteriores,...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Algumas!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... não tinha ouvido apelos ao consenso.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — De alguns!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Mas permita-me dizer, porque os portugueses têm de saber disso, que, nestas matérias fundamentais de soberania, quem rompeu o consenso foi, nada mais nada menos, o Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Rompeu em 2018, rompeu com a questão do SEF, rompeu em questões fundamentais para a sociedade portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Mas permita-me dizer-lhe mais, porque tem de ser clara a posição do Partido Socialista: o atual Secretário-Geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, deu uma cambalhota,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque será?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... quando se tratou da questão da manifestação de interesses, mas outros não a deram. E parece que há aí um futuro Secretário-Geral do Partido Socialista que essa cambalhota, tão direitinha, ainda não deu.

Gostávamos de saber se o Partido Socialista vai dar, ou não, a cambalhota ou se acha que a política de imigração estava bem como estava.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 1 minuto e 55 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Srs. Membros do Governo: Este Parlamento ainda agora começou e já vamos em quantos debates sobre imigração e nacionalidade? São todos, todos!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E ainda faltam muitos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vem o Ministro das Finanças, fala acerca de imigração. Não fala acerca de imigração para dizer que o *superavit* vem do *superavit* da Segurança Social, que, por sua vez, vem, entre um terço e metade, de contributos dos imigrantes.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Vem o Sr. Ministro da Presidência e faz o discurso dos «sete anos, sete anos de descontrolo!» Achei que o Sr. Ministro iria citar Camões, *Sete anos de pastor Jacob servia*,...

Risos de Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

... porque ao menos era adequado, já que esse é um poema acerca de enganos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pergunta à Joacine!

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Deixemo-nos de coisas: as direitas não estão minimamente interessadas em resolver problemas ligados à nacionalidade ou à imigração. Estes debates não servem para isso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai não?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Servem para afirmar aquilo que, em cada nova maioria ou novo Governo, é a «pesada herança».

Ora, a «pesada herança» das contas vocês não têm, porque as gastaram todas durante o vosso ano de campanha eleitoral. A «pesada herança» da economia que cresce pouco não têm, porque, agora, prometem tê-la a crescer menos do que antes crescia. Na saúde não resolveram nada, na educação não resolveram nada, nem tencionam resolver porque senão falavam disso aqui, e, na habitação, resolveram ao contrário: os preços estão cada vez mais caros, em parte, por causa daquilo para que servem estes debates, porque é como o pastor Jacob: pensa que servem para os portugueses que lá nos estão a ouvir, neste arremedo de guerra cultural, mas, na verdade, a quem servem é àqueles dos vistos *gold* que compram casas.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aí sim, Sr. Deputado, os bairros que a gente não reconhece são aqueles que antes tinham casas que eram a 200 ou 300 mil euros e, agora, são a 2 milhões de euros, mas esses continuam com «via verde» para a nacionalidade, porque se forem imigrantes ricos, a esses já servem. Mas estes debates servem para tudo, menos para resolver problemas, porque as direitas isso não querem.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que tem 3 minutos e 37 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No final deste debate, conseguimos trazer algumas coisas históricas importantes. Coisas que nunca tinham acontecido nesta Câmara, mas desta vez aconteceram.

Ouvimos o PS a saudar o antigo império português...

Risos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e a bancada a bater palmas a esse império português.

E ouvimos, talvez pela primeira vez nesta Câmara, a Deputada Mariana Mortágua elogiar a família, falar do marido que tem de trazer, cito, «a mulher e os filhos para Portugal».

Risos do CH.

Que grande mudança que vemos! Foi preciso o reagrupamento dos imigrantes para a esquerda reconhecer o mal que fez às famílias portuguesas durante as últimas décadas neste País.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado Paulo Muacho, o Sr. Deputado exaltava-se e perguntava: como é que não os querem juntos?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Muacho? Exaltado?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como é que não os queremos juntos? Ó Sr. Deputado, nós queremos-los juntos, mas é no seu país de origem, não é aqui em Portugal!

Aplausos do CH.

Queremo-los juntos no seu país de origem. É isso que queremos, é juntos no seu país de origem.

Mas faltava o melhor da tarde: os judeus. Os judeus.

O PCP conseguiu, para lá e para cá, descobrir o grande problema do descontrolo migratório português. Aliás, nós olhamos para as galerias e é judeus por toda a parte.

Risos do CH.

É judeus a inundar o País, de Norte a Sul, e o PCP a ver judeus por todo lado.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não disse isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr.^a Deputada, não tire a sua responsabilidade da sacola.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A Sr.^a Deputada, o seu partido, os partidos que estão aí ao seu lado, e, alguns, agora em processo de desaparecimento progressivo,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A atribuição fraudulenta da nacionalidade tem a vossa cara!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e este Partido Socialista, também em desaparecimento progressivo — de tal forma que o seu líder está escondido lá atrás, sem ninguém o ver —, são os grandes responsáveis do descontrolo imigratório em Portugal, que levou à situação criminosa que temos hoje.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não foram as direitas, foi a esquerda. Vou dizer-vos, para não se esquecerem: 276 000 aguardam parecer de regularização; meio milhão, há um ano, aguardava um parecer de regularização; 20 % dos estrangeiros em Portugal vivem em sítios sobrelotados. Bem-vindos ao País que vocês criaram. Um país que já não era para os portugueses e que os senhores conseguiram tornar um caos para os imigrantes também.

Aplausos do CH.

Foi esse o vosso trabalho e é esse o vosso legado.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E os vistos *gold*?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, Sr.^a Deputada, não foram os judeus, não foram os judeus sefarditas nem outros judeus quaisquer, foram os senhores que deixaram atrair para cá toda a gente, entrar de qualquer maneira, receber subsídios da segurança social...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... e chamar ainda os outros, a dizer assim: «venham, porque mesmo se estiverem ilegais, os vossos filhos nascerão legais em Portugal». Não! O nosso sangue não se compra! É nosso!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A compra da nacionalidade tem a vossa cara!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não se compra para lado nenhum! É nosso! É nosso e nosso! Não se compra nem se vende. É nosso! É nosso! O nosso sangue é nosso!

Continuação de aplausos do CH.

Por isso, nós cedemos, Sr. Ministro, a reconhecer que o PSD chegou ao debate. Chegou tarde o PSD ao debate, mas chegou, mesmo assim, com propostas erradas, porque pelo que percebemos da proposta do PSD é que se algum terrorista em Portugal tiver nacionalidade há 10 anos, pelos senhores, fica como nacional. Portanto, se cometeu um ato terrorista em Portugal, adquiriu nacionalidade portuguesa, para os senhores, fica português.

Então, mas se há alguém que vem para Portugal, alguém que aqui obteve nacionalidade, violou uma mulher, matou alguém, pôs uma bomba onde quer que fosse, os senhores querem que eles fiquem com a nacionalidade?

Vozes do CH: — Perdem! Perdem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não! Para nós não há dúvida. Acabámos de saber, aliás, que a 1.^a Comissão disse que era inconstitucional o nosso projeto. Meus Caros, vou dizer-vos o que acho: eu não quero saber o que é que diz a 1.^a Comissão!

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para mim, alguém que obtenha a nacionalidade portuguesa e mate um português só tem um caminho. Ouçam: o único que o Chega lhe vai dar é o caminho daqui para fora, com rua, e para nunca mais voltar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Hugo Soares pretende usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pelo amor de Deus!...

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperei que o debate terminasse para poder colocar a V. Ex.^a a seguinte questão.

Creio que as deliberações que este Parlamento toma são deliberações que devem ser cumpridas por todos, tanto por aqueles que as votam como por aqueles que as aprovam. É uma questão de prestígio e dignidade das instituições pelas quais a bancada do Grupo Parlamentar do PSD não se tem eximido de lutar.

Na semana passada, votámos uma deliberação que estabeleceu os sítios onde as Sr.^{as} e os Srs. Deputados se sentariam. Acontece que, hoje, os Srs. Deputados do Livre não estão a cumprir a deliberação que foi votada, e pedia a V. Ex.^a que, por motivos de escrutínio, por motivos de identificação dos Srs. Deputados e por motivos legais, exigisse que aquilo que aqui foi votado fosse cumprido e, caso não fosse, os Srs. Deputados do Livre se possam sentar nos lugares que lhes competem.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, não vou dar-lhe a palavra para responder; vou dar-lhe a palavra se quiser fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Era a Isabel, não sejas machista! Afinal, as mulheres...!

Vozes do CH: — Ocupas! São ocupas!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos ainda mais matérias que julgo relevantes para discutir, portanto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares para uma interpelação à Mesa, para o que dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, a discussão sobre os lugares em que os grupos parlamentares se devem sentar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez a mesma coisa?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... pressupõe que os grupos parlamentares sejam isso mesmo, grupos que tenham uma contiguidade e que possam ser, desde logo, pelos cidadãos que neles votaram,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não é uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... vistos com a dignidade que cada grupo parlamentar tem e que nós não negamos aos outros.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Entendeu o PSD que para ter os seus oito lugares,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não foi o PSD, foi a Assembleia!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o Grupo Parlamentar do Livre não poderia aparecer — porque é uma decorrência lógica — conjuntamente.

No debate que tivemos sobre isso na semana passada, ficou claro por parte do Livre que o Livre não poderia trabalhar desta forma. Fomos desafiados pelo vosso parceiro na AD a prescindir dos lugares da primeira fila, coisa que, aliás, já tínhamos anunciado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eh pá, mas o que é isto?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se o Sr. Deputado Hugo Soares quer tanto ter oito lugares, que é coisa que nem partidos em maioria absoluta alguma vez tiveram, sirva-se, tem mais dois, tenha dez! O Livre não os quer e ali não se sentará até que o problema seja resolvido, tal como em total lealdade anunciámos nesta Câmara.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Se não, venham levar-nos, podem trazer a polícia para nos obrigar a sentar ali.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fascista! Fascista!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, mantenhamos a calma e a urbanidade.

O Sr. Deputado Rui Tavares não fez uma interpelação à Mesa. Eu deixei-o falar até ao fim para que não se julgasse que eu queria interromper, mas o Sr. Deputado respondeu àquilo que o Sr. Deputado Hugo Soares disse e não fez uma interpelação à Mesa.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Sr. Deputado, a minha interpretação é essa, o Sr. Deputado não fez nenhuma interpelação à Mesa. A interpretação do Regimento é do Presidente, e o Sr. Deputado não fez uma interpelação à Mesa, mas, sim, deu resposta ao Sr. Deputado Soares.

Já agora, eu tinha reparado, só que achei que não era tema para ser levantado agora aqui, no Plenário, e que, com certeza, na Conferência de Líderes iria colocar essa questão. Porque a disposição dos lugares não é do PSD, a disposição dos lugares é de uma deliberação tomada por maioria no Plenário a que todos estamos obrigados.

Aplausos do PSD.

A que todos estamos obrigados. Às vezes, as deliberações não vão ao encontro da nossa vontade, mas quando não há consenso, diz o Regimento, a maioria no Plenário delibera e a deliberação tem uma lógica de consequência obrigatória.

Portanto, Sr. Deputado, não vou prolongar este tema agora aqui, porque creio que, mais uma vez, seria matéria que não iria ser compreendida por quem está a assistir aos nossos trabalhos, mas esta será matéria que levarei à Conferência de Líderes para que se perceba que o Regimento é para cumprir e, sobretudo, as deliberações do Plenário são para cumprir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Peço muita desculpa a V. Ex.^a, mas levantei a questão só por uma razão e ela é procedimental e é importante. A todo o momento, pode decorrer a votação de um requerimento que seja apresentado neste Parlamento, e a minha pergunta é muito simples: como é que se contam os votos? Há Deputados do Partido Socialista que não têm neste momento sítio para se sentar.

E se V. Ex.^a quiser pactuar com esta situação até à próxima Conferência de Líderes, não será o Grupo Parlamentar do PSD que vai colocar nenhuma objeção. Todavia, quero é que o País saiba, que V. Ex.^a saiba, que o Livre não cumpre regras...

Aplausos do PSD.

... e que, neste momento, há quatro Deputados do Partido Socialista que não têm onde se sentar porque o Livre ocupou o lugar que não é deles.

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — São ocupas! São ocupas!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — É tudo à grande!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha, façam turnos!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, peço-vos para respirarem fundo e, ao respirar fundo, permitirem que possamos ouvir-nos uns aos outros.

Respondendo ao Sr. Deputado Hugo Soares: se essa circunstância acontecer, ou seja, haver lugar a uma votação, é evidente que os Deputados do Livre terão, se quiserem exercer o direito de voto, de ocupar os lugares que lhes estão destinados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah...!

O Sr. **Presidente:** — Será essa a situação que acontecerá, porque é o que tem de ser feito. Se não quiserem votar ou não estiverem em condições de votar, não ocuparão os lugares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, penso que já passámos aquela fase em que seria razoável fazer este debate e gastar tempo em Plenário sobre esta matéria.

Já fizemos os apelos que tínhamos a fazer sobre este tema e fazíamos talvez um derradeiro, no sentido de que o Sr. Presidente ainda procurasse mobilizar a influência que pode exercer sobre a Câmara para se chegar a uma solução satisfatória sobre este tema.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha, o PS tão agachadinho! É o líder...!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Pedi a palavra apenas para dar nota de um...

O Sr. **Presidente**: — É uma interpelação à Mesa, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Pedi a palavra pelo seguinte: o Sr. Deputado Hugo Soares deu nota de que há Deputados do Partido Socialista que estão em pé. Eu, com a lealdade parlamentar, só queria comunicar que a Sr.^a Líder Parlamentar do Livre deu nota de que não iria ocupar os lugares da frente. Nós, obviamente, demos nota que temos direito a cinco lugares na fila da frente, não ocuparemos lugares que não nos assistem e, efetivamente, o que dissemos foi que não vamos policiar se se sentar no lugar que, eventualmente, é alocado ao Partido Socialista.

À data de hoje, temos uma Sr.^a Deputada na Mesa, portanto, temos um lugar disponível e há outros Deputados ausentes; mas, evidentemente, se a totalidade da bancada estivesse presente teríamos uma situação delicada.

Mas acho que não ganhamos nada em prolongar este tema e fazemos um derradeiro apelo.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O que é difícil: se não nos conseguimos ouvir uns aos outros e se não conseguimos o mais básico e elementar, que é a cortesia de saber onde nos sentarmos e privilegiar o consenso, como é que lá fora poderão respeitar a Câmara e respeitar o Parlamento, se nós não somos capazes disso?

Tentemos uma vez mais, Sr. Presidente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Eu não vou dar tempo a mais ninguém para falar sobre o tema...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, não lhe vou dar a palavra.

Vamos passar ao segundo ponto da agenda, a apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2024.

Vou dar a palavra à Sr.^a Ministra da Administração Interna, saudando-a pela sua primeira intervenção aqui, na Assembleia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Como ministra!

O Sr. **Presidente**: — Como ministra claro, estou-me a dirigir à Sr.^a Ministra na qualidade de ministra.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Ministra dispõe de 5 minutos para apresentação do relatório.

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna** (Maria Lúcia Amaral): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A segurança é um pilar essencial da estabilidade e da coesão de qualquer país. Falar de segurança interna é falar do que permite às pessoas viver em liberdade e com a confiança de que o Estado e as suas instituições fazem o que devem fazer: protegê-las.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — O Relatório Anual de Segurança Interna de 2024 revela sinais positivos, mas também revela dificuldades e desafios que não devemos ignorar.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Sinais positivos: a queda da criminalidade geral, o que indicia que as forças de segurança estão a trabalhar com eficácia e que as medidas de prevenção que foram adotadas ao longo do último ano estão a dar frutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Do último ano?!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Indicadores preocupantes que exigem de todos nós uma reflexão séria: primeiro, o aumento, ainda que não muito expressivo, da criminalidade violenta e grave;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — ... segundo, criminalidade grupal e delinquência juvenil, que têm vindo a crescer desde 2021;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — ...terceiro, aumento dos crimes contra a liberdade sexual a par da violência contra menores, e o flagelo persistente da violência doméstica.

No entanto, e apesar deste quadro geral que mostra, evidentemente, que ainda há muito trabalho a fazer, outros indicadores positivos decorrem do RASI, e entre eles saliento dados quanto ao combate às redes de imigração ilegal,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — ... quanto ao tráfico de estupefacientes, quanto à criminalidade económico-financeira.

Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, o caminho que foi iniciado tem um desígnio muito claro: o de reforço e valorização das forças de segurança. Em obediência a esse desígnio, melhorou-se a condição socioprofissional dos homens e mulheres que integram essas forças e que integram os seus serviços.

Isto foi feito com medidas muito concretas: valorização remuneratória, mais viaturas e equipamentos, melhoria de instalações, início do processo de revisão de carreiras e do sistema de avaliação de desempenho.

Foi nesta Assembleia aprovado o aumento de penas aplicáveis aos crimes de agressão contra as forças de segurança e outros agentes do serviço público; procurou-se e procura-se assegurar um policiamento mais visível e mais próximo;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — ... foi intensificada a presença policial; foi aumentado o número de operações especiais de prevenção criminal; foi aumentado o número de ações de fiscalização de armas explosivas; e foi reforçada a cooperação policial internacional.

Eis o caminho que foi trilhado e que se pretende continuar. Caminho que implica, antes de mais, valorizar os homens e as mulheres que integram as nossas forças de segurança;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — ... contribuir para diminuir a criminalidade violenta e grave e, sobretudo e principalmente, tudo fazer, mas tudo, para que Portugal continue a ser um país onde se vive em liberdade e em segurança, onde são respeitados os valores fundamentais da República e onde merecem toda a confiança as instituições do Estado, que existem para, protegendo as pessoas, honrar e fazer cumprir esses mesmos valores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Ministra tem três pedidos de esclarecimento, aos quais, presumo, responderá em conjunto.

O Partido Social-Democrata disponibiliza 1 minuto para o Governo, portanto irá ter 1 minuto e 39 segundos para poder responder.

Para o primeiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Mariana Mortágua, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Ministra.

A violência doméstica continua a ser o principal problema de segurança interna, mas sabemos que têm crescido os ataques violentos a eventos culturais e políticos, agressões físicas a imigrantes, a atores até, o planeamento de atos terroristas, e esta é só uma pequena amostra da atuação de grupos organizados de extrema-direita nos últimos meses.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E os de extrema-esquerda?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A ação destes grupos está a crescer, a ganhar espaço e conforto, porque o discurso racista e de ódio que os legitima está a acontecer aqui e a crescer aqui, na Assembleia da República, nomeadamente pela bancada do Chega.

Protestos do CH.

O RASI...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu estou atento e, embora seja difícil estar sempre atento a tudo o que se passa, faço um esforço nesse sentido. E também faço um esforço para distinguir o que é uma acusação direta a alguém ou o que são referências ao discurso ou às ideias e que são contraditadas no debate parlamentar, como deve ser feito.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É muito dissimulada, esta Deputada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O RASI falava nesta ameaça, identificava-a, alertava para a radicalização de jovens de extrema-direita nas redes sociais, mas esse capítulo desapareceu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se desapareceu é porque não existe!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a minha pergunta, Sr.^a Ministra, é: porquê? Porque é que o Governo desvalorizou esta ameaça da extrema-direita que está refletida em todos os dados disponíveis?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega. Tem 2 minutos

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, bem-vinda a esta Casa.

Não posso deixar passar em claro o que disse a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. E queria só dizer uma coisa: quero agradecer, porque, finalmente, o Bloco de Esquerda acordou para as agressões de que foram vítimas políticos, políticos desta Casa, democraticamente eleitos, como foram os Deputados do Chega agredidos numa manifestação feita pelo Bloco de Esquerda e pelo Livre.

Portanto, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tenho de agradecer isso também.

Aplausos do CH.

Seria bom também ter dito isso quando esta bancada, quando estes Deputados, quando este líder político foi agredido e cuspidor por elementos da comunidade cigana, também patrocinados pelo Bloco de Esquerda. Seria bom que a Sr.^a Deputada tivesse visto isso também.

Aplausos do CH.

Sr.^a Ministra, não vou dar para este peditório do extremismo, porque nós sabemos que o extremismo, quando vem da direita, é mau, são todos bandidos. O extremismo, quando vem da esquerda, então aí é o extremismo bom.

Risos da Deputada do BE, Mariana Mortágua.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o extremismo dos cravos vermelhos a acenar, das manifestações de braço dado, das ocupações, dos ocupas, que também estão protegidos pelo Bloco de Esquerda e pelo Livre.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como os do Livre!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aliás, temos o exemplo nesta Assembleia da República, em que o Livre ocupa também a bancada e lugares do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Connosco, bandidos serão sempre bandidos. Esta é que é a diferença deste grupo parlamentar para os outros.

Sr.^a Ministra, sei que este relatório não é seu, mas é preocupante. É preocupante porque a criminalidade violenta aumentou e isso está refletido nesses números do relatório.

A pergunta que lhe faço é muito simples. Falou nas forças de segurança, mas o que temos de perceber é o que é que este Governo vai dar mais às forças de segurança. Sabemos que a carreira continua sem ser atrativa; sabemos que os salários são baixos; sabemos que não têm condições de trabalho, particularmente aqueles polícias e militares da GNR (Guarda Nacional Republicana) que estão deslocados. O que é que este Governo vai fazer em relação a isso?

Depois, aumentou também o número de presos e de agressões dos presos aos guardas prisionais. Sr.^a Ministra, é importante percebermos o que é que vão fazer também em relação a isso e articular entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Justiça.

É que agora, a comunicação social, que dizia que Portugal era o país mais seguro do mundo, diz que agora deixou de ser o país mais seguro do mundo; agora, segundo a comunicação social, somos o país mais pacífico do mundo.

O orador exibiu uma notícia de jornal.

Ou seja, também já mudaram o discurso. Não somos os mais seguros, somos os mais pacíficos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês Sousa Real, tem 1 minuto para um pedido de esclarecimentos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também a Sr.^a Ministra, desejando, democraticamente, votos de um bom mandato.

Perdoe-me, mas não resisto quanto a um dos comentários que foi feito: é que comparar ocupar bancadas com atos extremistas e ilegais de quem ameaça a vida e a integridade sexual de mulheres,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — A integridade sexual de mulheres!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que inclusivamente estão na política; ou de quem diz que as nossas cabeças estavam bem era nos postes da Avenida da República é de uma profunda irresponsabilidade.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Já ouvi pior, Inês!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas, Sr.^a Ministra, voltando àquilo que nos traz aqui hoje, há uma explicação que não convence. Dizer que sai o capítulo do RASI sobre as organizações de extrema-direita porque estava a ser investigada a sua atividade criminal, isto seria o mesmo que retirarmos, por exemplo, a investigação ao tráfico de droga, que também é sistematicamente investigado, por essa mesma razão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora essa, e quem é que disse que eram de extrema-direita?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, gostaríamos que esclarecesse aqui hoje, em nome do Governo, o porquê de, efetivamente, termos deixado de fora um capítulo tão importante, tendo em conta até o impacto que esta atividade está a ter nas ameaças às mulheres, aos direitos das mulheres, em particular nas redes sociais, com ameaças de violação, partilha não consentida de imagens de cariz sexual e recuos nos seus direitos.

Uma palavra final também para algo que está no RASI: falam de mais de 3000 denúncias em relação a crimes contra animais. Pergunto se, tendo em conta a sua experiência, concorda com os recuos que o Governo tem promovido nestas políticas, porque precisamos de mais formação e mais...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal. O pedido entrou no prolongamento, mas faça favor, tem 2 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, quero dar-lhe as boas-vindas a esta função e desejar-lhe as maiores felicidades, porque a sua felicidade será a dos portugueses.

Há um tema que nos tem preocupado. O RASI está hoje em discussão, e nós entendemos que é benéfico para a discussão que haja dados. Quantos mais dados tivermos, enquanto decisores e legisladores, mais útil é, para todos nós, a discussão.

Portanto, nós, na legislatura anterior, tínhamos já feito um projeto de resolução, que veio a ser aprovado, para incluir no RASI dados como o sexo, a idade ou a nacionalidade. Tivemos aqui, num debate quinzenal, a anuência do Sr. Primeiro-Ministro a esta matéria. De facto, o projeto de resolução veio a ser aprovado, mas depois, com a dissolução da Assembleia da República, a questão coloca-se outra vez.

Não foi possível ainda neste RASI incluir esses dados, e ainda ontem a Iniciativa Liberal deu entrada de um projeto de resolução no mesmo sentido.

Gostaria, todavia, de ouvir a Sr.^a Ministra relativamente a esta matéria e sobre se considera ou não que a existência destes dados adicionais, e outros, eventualmente, ajudam ou não à discussão e aos decisores e legisladores na sua atividade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, Sr.^a Ministra, tem 1 minuto e 39 segundos para responder, com a capacidade de síntese que lhe é reconhecida.

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigada por todas as perguntas e pelos votos de felicidade, agradeço muito.

Sr. Deputado Pedro Pinto, não vejo grande diferença de elogios entre segurança e paz. Um país pacífico é bom que seja também um país seguro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é a mesma coisa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É um país seguro, claro!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Noutro ponto, não concordarei consigo — se me permite, Sr. Deputado, com todo o respeito —, de que o relatório não é meu. Realmente, eu não colaborei na metodologia da sua feitura, mas, pelos deveres que assumi, com o juramento de lealdade que fiz quando tomei posse, tenho de o apresentar como meu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este ponto tem que ver com a questão que me foi posta relativamente à elisão de informação, que eu, realmente, factualmente, não acompanhei.

Tanto quanto percebi, a própria metodologia de feitura do relatório implicou factualmente isto. Agora, o que me parece muito importante é que todos esses dados que aí eram mencionados foram e continuam a ser monitorizados pelas nossas instituições, nomeadamente pela Polícia Judiciária.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Portanto, a mim parece-me muito, muito mais importante que essa monitorização continue do que sabermos o que é ou não elidido no *modus faciendi* de um relatório que implica o contributo de todos os órgãos de polícia criminal.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — Finalmente, quanto a uma questão central que me foi posta, a identificação de dados adicionais, Sr. Deputado Rui Rocha, quanto a essa matéria, confesso que ainda não tenho uma posição fechada.

Em primeiro lugar, considero que toda a informação adicional que possa contribuir para um melhor conhecimento factual da nossa realidade é importante.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Administração Interna**: — No entanto, esse conhecimento já é dos órgãos de operação criminal, e uma coisa é saber que extensão e que grau de pormenorização deve ter um relatório como este, que é um relatório a ser apresentado a toda a comunidade nacional, e qual é o grau de desenvolvimento que ele deve ter. Eu não tenho, sobre isso, uma posição fechada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção está inscrito o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, também lhe desejo felicidades.

Temos hoje a oportunidade de confrontar o Governo das perceções de segurança com a realidade dos dados e das prioridades. E, analisando este Relatório Anual de Segurança Interna, fica muito claro o desfasamento entre as narrativas e a realidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, são só perceções!...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A criminalidade geral desceu 4,6 %, em Lisboa desceu 7,6 %; a criminalidade grave 1,8 %; no distrito de Setúbal, a criminalidade geral desceu 5,1 % e a grave 6,3 %. E estes dados desmentem a tese do aumento da criminalidade no nosso País.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sabe fazer contas!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Percebi a tentativa que o Governo fez de colher os louros do trabalho e destes dados, mas a verdade é que o Governo só entrou em funções a meio do ano.

Quer isto dizer que nós somos um país sem crime? Obviamente que não, como nenhum país é. E se é verdade que, a nível nacional, a criminalidade violenta e grave subiu 2,3 %, também é verdade que ela ainda está abaixo dos números de criminalidade pré-pandemia.

E olhemos para os dados que são preocupantes: em 2024, o número de homicídios no nosso País desceu, mas 25 % desses homicídios são em contexto de violência doméstica, que é, aliás, o crime com maior expressão no nosso País, 26 000 participações. E os crimes de violação também aumentaram.

No entanto, não foi o combate à violência de género que abriu telejornais e teve honras de conferências de imprensa do Primeiro-Ministro.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, está também na hora de deixarmos de enfiar a cabeça na areia relativamente à propagação dos discursos de ódio no nosso País e da violência dos grupos de extrema-direita e nacionalistas.

Sr. Deputado Pedro Pinto, não precisa de ter medo dos cravos porque os cravos não lhe vão fazer mal, quando muito vai ter alergia. Já a violência da extrema-direita no nosso País já matou e continua a atacar pessoas,...

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E as FP-25 (Forças Populares 25 de Abril), não mataram?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... e esta não é, nem deve ser, uma discussão acerca de capítulos, porque essa discussão só nos desvia do essencial.

Já há vários anos que o RASI alerta para a atividade destes grupos terroristas de extrema-direita no nosso País, que estão a crescer, e para a necessidade imperiosa de impedirmos a radicalização de jovens, cada vez mais jovens e, sobretudo, no meio digital.

No entanto, soubemos há dias que a Comissão Europeia anunciou que referenciou Portugal por incumprimento de um regulamento relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha.

E temos também de agir decisivamente relativamente à infiltração da extrema-direita terrorista nas nossas forças de segurança. Sr.^a Ministra, não há nada que ponha mais em causa o bom nome e a confiança nas forças policiais do que a inação de sucessivos governos relativamente a estas ameaças que as notícias dos últimos dias deixaram muito claras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Respeita a polícia!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Portanto, são já vários os ministros da Administração Interna que não enfrentam este problema. A sua antecessora também prometeu e disse-nos que iria separar a fruta podre, e nós não vimos nada acontecer.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha a fruta podre aí ao lado!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Ministra, os resultados estão cada vez mais à vista e a pergunta que eu tinha para a Sr.^a Ministra é se a Sr.^a Ministra vai ser diferente.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nas manifestações não contem com a fruta podre para vos proteger!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Ministra, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o RASI que debatemos fica marcado pelo que lá esteve mas deixou de estar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É sinal de que a polícia é atuante!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Entre o relatório que saiu da tradicional fuga de informação para a comunicação social e a versão final assumida pelo Governo, caiu o capítulo que se referia à perigosidade das organizações de extrema-direita.

O Governo nunca deu qualquer explicação para esta obliteração, mas ela foi feita e está muito longe de ser inócua, tanto mais que, poucos dias depois, o País assistia a atos violentos praticados por organizações dessa natureza e ao desmantelamento pela Polícia Judiciária de uma organização terrorista de extrema-direita.

Entretanto, o RASI mantém redações que estabelecem comparações abusivas entre a extrema-direita e o que se quiser considerar de extrema-esquerda, o que é tanto mais grave porquanto se metem nesse embrulho as manifestações pacíficas contra o genocídio do povo palestino, contra o racismo ou pela paz. Essas falsas equivalências servem para relativizar os ideais fascistas e nazis de grupos de extrema-direita e os atos de violência recorrentes por eles cometidos e que constituem, esses sim, um grave problema de segurança.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Manifestações antissemitas!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Em termos de criminalidade geral, o RASI regista uma descida global, apesar de um aumento da criminalidade violenta, mas ainda assim abaixo de 2014.

Os dados da criminalidade violenta são preocupantes, não os desvalorizamos, mas os números divulgados não justificam discursos securitários ao estilo Carlos Moedas e ainda menos as rusgas-espetáculo dirigidas contra as comunidades imigrantes, como se os maiores criminosos fossem os trabalhadores que vieram para Portugal à procura de uma vida melhor.

A violência doméstica continua a ser um dos crimes mais participados, o que revela que há muito para fazer na prevenção, no combate e na proteção das vítimas.

E, mais uma vez, é apontada como essencial a revisão da Lei Tutelar Educativa.

O RASI não consegue esconder o desinvestimento nas forças de segurança. Há um subsídio que foi atualizado após a luta dos profissionais, mas o essencial, que é a atratividade das carreiras, está por fazer.

O número de efetivos das forças policiais sobe residualmente e, no caso da PSP (Polícia de Segurança Pública), só não desce porque o Orçamento do Estado impede pré-aposentações em incumprimento do próprio estatuto desta força de segurança.

Há uma sobrecarga de trabalho. Há profissionais que acumulam funções que vieram do extinto SEF, como nos aeroportos, mas sem receber mais por isso e, como é evidente, dar resposta a mais exigências com os mesmos profissionais não contribui em nada para aumentar a segurança das populações.

O que é preciso é valorizar estes profissionais, e é isso que ajudará ao aumento do efetivo: valorização profissional, dignificação das carreiras, das funções e da formação. O que é preciso é um outro modelo de segurança interna que elimine sobreposições e redundâncias,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... para o qual muito contribuiria o estudo de uma polícia única, como o PCP propõe.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Sr.^a Ministra, permita-me também que a cumprimente e que lhe deseje um bom mandato, nesta primeira intervenção que temos aqui no Parlamento.

O tema é o RASI, e já lá vou. A propósito do RASI, algumas bancadas têm levantado aqui uma questão, que foi levantada também em termos públicos, sobre o eventual desaparecimento — segundo dizem — do RASI de um capítulo relativo à extrema-direita.

O RASI é só um,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... é aquele que foi apresentado, e a discussão que é feita entre forças sobre aquilo que deve constar e não deve constar deve ser respeitada por este Parlamento e deve ser respeitada, do nosso ponto de vista, por todas as forças políticas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas nós não podemos deixar de dizer uma coisa: não é compreensível o ar cândido com que alguns vêm aqui falar sobre o eventual desaparecimento de umas linhas ou de um capítulo de um relatório alusivo à extrema-direita quando, em Portugal, o que desapareceu — e isso desapareceu mesmo e é uma vergonha e uma mancha da nossa democracia — foram as penas para os assassinos de extrema-esquerda, das FP-25,...

Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira e da Deputada do L Filipa Pinto.

... que mataram e que, com a cumplicidade do Estado democrático, viram ser apagadas as penas às quais foram condenados e que deviam ter cumprido, em nome do respeito pela decência, do respeito pela vida, do respeito pela dignidade das famílias e destas pessoas e do respeito pelo Estado democrático.

Protestos do Deputado do PS André Rijo.

Por isso, Srs. Deputados, ouço aqui Deputados a falarem sobre o desaparecimento de umas linhas ou de um capítulo quando, se for preciso, ontem ou amanhã, estão a saudar e a dar grandes graças à vida daqueles que empenharam essa mesma vida a matar os outros ao serviço da extrema-esquerda, e, sinceramente, não passam.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os senhores não passam com essa hipocrisia, os senhores não passam com essa incapacidade de perceberem que, se há um caminho a fazer, e há, é o caminho da lei e da ordem — da lei que se aplica a todos e da ordem que nos garante a liberdade —, porque não há liberdade, como dizia a Sr.^a Ministra, sem segurança. Por isso mesmo, a prioridade tem de ser, exatamente, a da segurança para garantir a liberdade a todos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sobre os dados, neste momento podemos ter um debate muito mais sereno do que o do ano passado.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Está-se a ver!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O debate do ano passado era sobre se estávamos todos enganados, olhávamos para o País e víamos todos uma coisa que não acontecia.

Ora, a criminalidade violenta e grave continuou a aumentar, aumentou 4,6 %; a criminalidade grupal aumentou 7,7 %; a delinquência juvenil aumentou 12,5 %; as ocorrências em meio escolar aumentaram 4,5 %; as apreensões de heroína aumentaram 127,7 %; as apreensões de *ecstasy* aumentaram 138,3 %. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que as mulheres e os homens das forças de segurança, que aqui valorizamos e cujo trabalho reconhecemos, devem continuar a merecer o nosso apoio para desempenharem o seu trabalho.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, da parte do CDS, nunca haverá aqui desvalorização do crime, nem empolaremos o mesmo: apoiamos as forças de segurança para que o crime desça.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, está inscrita a Sr.^a Deputada Vanessa Barata, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Ex.^{ma} Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Hoje discutimos o RASI e, mais uma vez, este documento expõe o que muitos tentam ocultar: Portugal está a tornar-se, de forma crescente, num país menos seguro.

Mas este relatório de segurança interna deveria ser também um ponto de viragem se queremos um relatório mais completo e mais fidedigno, algo que o Chega defende desde o primeiro dia: transparência e objetividade nos dados. Aqueles dados que o Partido Socialista e toda a esquerda sempre se esforçaram para esconder deve ser um direito de todos nós. Os portugueses querem é mesmo saber a nacionalidade dos criminosos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Srs. Deputados, o Chega tem tolerância zero para a criminalidade,...

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... e alguns acharão positivo que a violência doméstica tenha decrescido 0,8 %.

Para nós, isso significa que continuamos a falhar: falhamos todos os dias às mulheres, aos homens, às crianças que sofrem com este flagelo; falham redondamente os que não querem aumentar as penas de prisão,...

Aplausos do CH.

... os que querem normalizar uma cultura de repressão e violência a coberto das supostas liberdades religiosas;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Isso!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — ... falham redondamente todos quantos nos chamam de populistas quando dizemos que os imigrantes que cometem crimes têm de ir embora e que o lugar dos violadores, dos abusadores e dos bandidos é na prisão.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, a política criminal da última década faliu, e todos os que teimarem e insistirem nela vão apenas condenar os portugueses à derradeira frustração de não poder contar com o Estado para fazer justiça.

O nosso sistema prisional está mais fragilizado que nunca. Os reclusos conseguem sair da prisão quase tão facilmente quanto um cidadão em liberdade sai da sua casa diariamente.

Com o Chega, já sabem com o que podem contar: queremos reformar a justiça a sério; tolerância zero para a criminalidade; expulsão de imigrantes ilegais e de estrangeiros que aqui cometam crimes; penas mais pesadas para crimes graves e violentos; o reforço imediato da segurança, das suas forças, dos seus meios, dos seus equipamentos, das suas infraestruturas, dotando as forças policiais de mais autoridade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — E, como aqui já foi dito, sem segurança não há liberdade e sem segurança não há justiça. Sem segurança não há pátria, Srs. Deputados, sem segurança não há Portugal.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — De olhos fechados faz melhor do que as mulheres da vossa bancada! Lê melhor que a Filipa Pinto, que é disléxica!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal. Faça favor.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: O tema da segurança exige ponderação na argumentação, e este RASI traz um conjunto de informações que não apoiam as visões paradisíacas sobre a segurança em Portugal, próprias de uma esquerda que não percebeu ainda o momento em que estamos, mas também não permite uma visão apocalíptica da segurança em Portugal.

Portugal é ainda um país seguro. Também não entramos naquela ideia de que os indicadores internacionais sobre segurança devem ser lidos sem critério, uma vez que nesses indicadores, muitas vezes, entram questões como a posição geográfica, geoestratégica e, portanto, devem ser avaliados no seu valor intrínseco e não propagandístico.

A verdade é que temos, por um lado, a descida da criminalidade geral, mas temos indicadores que são preocupantes, e a Sr.^a Ministra referiu-os: a criminalidade violenta e a violência doméstica. Tudo isto é preocupante e não deve ser desvalorizado.

Nós entendemos, já o disse, que é necessário ter dados para que os legisladores e os decisores possam tomar políticas públicas adequadas ao momento que vivemos e entendemos também que a polícia deve ser valorizada, deve ter meios adequados e deve ir para a rua.

Devemos pôr a polícia na rua, Sr.^a Ministra. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que a polícia deve ser libertada do trabalho administrativo que tem hoje e que a sobrecarrega e, estando na rua e não atrás de uma secretária ou de um computador, estará melhor, estará mais junto dos cidadãos e estaremos a combater esses indicadores mais negativos que o RASI agora nos traz.

Quería também dizer uma palavra sobre esta questão da extrema-direita. Em princípio, entendo que os extremismos devem ser todos condenáveis e, portanto, não entendo esta fixação de umas bancadas com a esquerda e outras com a direita, no que diz respeito à violência e ao extremismo.

Mas admira-me muito, também, que haja quem aqui fale apenas de extremismo de direita e de violência de direita, quando ainda há pouco tempo tinha nas suas próprias listas pessoas envolvidas nas FP-25,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... ou Isabel do Carmo, como é o caso do Livre.

Vozes da IL: — E do Bloco!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Hipocrisia! Hipocrisia!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — O Karl Marx também morreu e não é uma ameaça!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Tenhamos memória, saibamos onde está também a violência.

Aplausos da IL.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Esses mataram!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é o RASI de 2024!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não tem mais inscrições.

Pausa.

Peço às direções das bancadas que decidam se querem utilizar o tempo que têm.

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS não quer falar! Está com medo de falar! Quer ser o último!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, não vamos ficar a tarde toda à espera de que se inscrevam, não é verdade?

Pausa.

Inscreveu-se o Sr. Deputado António Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O RASI é um documento demasiado importante para que o utilizemos como arma de arremesso entre a esquerda e a direita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso foi o que disseste no ano passado!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É um conjunto de dados objetivos que deve ser visto, analisado, devidamente interpretado, sendo as decisões e conclusões tomadas por quem de direito.

Por isso, são importantes os dados que aqui foram referenciados, muitas vezes — o anterior Governo já o tinha referido — sobre questões que são fundamentais, e que a Sr.^a Ministra referiu hoje, nomeadamente de violência doméstica.

Recordo-me bem do que, quer a Sr.^a Ministra, sua antecessora, quer a Sr.^a Ministra da Justiça, fizeram, elevando isto a uma questão primeira de preocupação na sociedade portuguesa.

É inacreditável que, ao fim de 50 anos de democracia em Portugal, ainda continuemos a crescer nesta dimensão e que não nos preocupemos e não consigamos partilhar o sentimento por toda a sociedade de como é fundamental agir na área da violência, do crime violento e do crime grupal, nomeadamente o que diz respeito à delinquência juvenil. Começando por ser delinquente, pode transformar-se num verdadeiro criminoso e chegar, até, ao crime mais violento.

Quando falamos desta matéria, há que ter uma palavra, em primeiro lugar, para os verdadeiros atores e protagonistas do lado positivo do crime, que são as forças e agentes de segurança. São esses que, em primeira linha, têm de agir, têm de tratar, têm de se expor e têm de, acima de tudo, garantir a segurança de todos nós que aqui estamos a discutir esta matéria.

Vejo, com alguma estranheza, que alguns se preocupam, apenas e só, em falar de uns para lhes dar dinheiro e em relação a outros apenas os reconhecem quando eles agem em relação aos extremismos.

Assistimos, há poucos dias, à extrema-esquerda, que sempre pôs em causa a ação da polícia, a aplaudir a intervenção da Polícia Judiciária quando prendeu um conjunto de membros ligados à extrema-direita.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Ora, não podemos usar a polícia, muito menos a Polícia Judiciária, nesta matéria, e temos de saudar a sua capacidade.

É isso, porventura, que conta para que se tenha retirado um capítulo do RASI. Não vamos avisar um criminoso de que o vamos prender, vamos, apenas e só, demonstrar que estamos preocupados com essa matéria.

Fala-se da retirada do capítulo do RASI, mas esquece-se de que o RASI tem três períodos sobre esta matéria, e permitam-me citar um, o mais importante: «No que concerne aos extremistas políticos, a extrema-direita portuguesa assinalou um acentuado dinamismo, tendo explorado amplamente os dois períodos eleitorais de 2024 para intensificar a realização de ações simbólicas, de protesto e de propaganda enquanto veículo para a difusão do seu ideário.»

Se isto não é uma chamada de atenção para aquilo que as forças de segurança já tomam em atenção relativamente à segurança, nomeadamente à ação de alguns agentes marginais, então não sei o que é.

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

Se querem pôr nomes às coisas, isto é, apenas e só avisá-los de que vamos atrás deles, vamos prendê-los, eles vão esconder-se, continuarão no submundo a realizar as suas atividades ilegítimas.

Por isso, bem andou a Polícia Judiciária nesta matéria e muito bem andou quem retirou este capítulo, que nunca deveria sequer ter lá estado, porque nós não avisamos os criminosos que os vamos prender. Agimos para os prender, porque eles violaram a nossa lei.

Temos de ter em atenção os pontos fundamentais do RASI: os crimes de ódio, que foram acompanhados, os crimes contra idosos, o crime no namoro e até mesmo — e deixo uma palavra especial para isso — a questão da nacionalidade. Mas por uma razão! Não é para identificar ou ir atrás daqueles que têm uma nacionalidade diferente, não é para usar isto como arma de arremesso contra ninguém. É apenas e só para sabermos, com atenção, quem é que na sociedade portuguesa age, quem é que na sociedade portuguesa se integra e quem é que na sociedade portuguesa precisa dos cuidados, da mesma forma que os cidadãos nacionais precisam nesta matéria.

Por isso, apoiámos esta matéria quando ela foi apresentada oportunamente, e continuaremos a apoiá-la, mas nunca para ser usada como arma de arremesso contra ninguém.

Temos uma responsabilidade: ler este diploma, ler estes documentos, tomar em atenção os seus números e agir em conformidade. Esperamos que sejam essas as orientações que serão dadas pelo Governo, no geral, mas acima de tudo para a ação que continuamos a cumprimentar das forças e dos agentes...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, inscreveu-se o Sr. Deputado Pedro Vaz, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de saudar democraticamente a Sr.^a Ministra da Administração Interna e desejar-lhe, também democraticamente, que consiga ter um bom mandato.

Tive a oportunidade, durante a Comissão Permanente, enquanto aguardávamos as eleições, de fazer uma declaração política em nome do Partido Socialista sobre o RASI de 2024 e gostaria de voltar a salientar alguns dos aspetos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém quer saber disso!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Em primeiro lugar, queria dar os parabéns ao Governo pela descida da criminalidade. Aliás, queria dar os parabéns a todos os Governos desde 2014, pela descida da criminalidade. Acho que os Governos e as forças de segurança estão de parabéns por fazerem do nosso País um País seguro.

Em segundo lugar, gostaria de deixar uma nota adicional, que tem a ver com um dado no RASI que, na espuma dos dias, se vai perdendo, mas que é relevante. E é relevante porque o Sr. Primeiro-Ministro disse publicamente aqui, relativamente aos incêndios que nos assolaram em 2024, que a culpa do aumento de incêndios era de mão criminosa.

O RASI de 2024 desmente-o. Houve um aumento de 2,4 % do número de incêndios florestais, um aumento de 299 % de área ardida por incêndios florestais...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS a falar de incêndios é qualquer coisa!... Como é que é possível?!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — ... e uma redução de 10,6 % da prática de crimes de incêndio florestal. Portanto, era importante dar esta nota, para repor a verdade dos factos em relação a muito daquilo que se vai fazendo das perceções.

Gostaria de deixar ainda uma terceira nota, sobre o tão afamado capítulo relativamente à extrema-direita que desapareceu do RASI.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é das FP-25!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Tive a oportunidade de questionar o Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.^a Ministra da Justiça e a Sr.^a Ministra da Administração Interna sobre o assunto e percebi a dificuldade na resposta, por não quererem dizer que tinha havido uma fuga de informação...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Não foi nada disso!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — ... da parte daqueles que foram a correr para a comunicação social apresentar os números alarmistas do aumento da criminalidade violenta e depois foram dizer que eram documentos de trabalho reservados.

Percebi também uma segunda preocupação, uma preocupação de equiparação de uma extrema-direita terrorista a uma extrema-esquerda de pessoas que organizam manifestações, anarcas e militantes individuais, tal qual está no relatório. Essa preocupação de equivalência está errada, porque neste momento temos organizações terroristas a armarem-se para atacar a Casa da democracia, as instituições democráticas e os políticos do nosso País.

Aplausos do PS e do L.

Não podemos aceitar essa equivalência, que não está correta. E equiparar o presente com aquilo que aconteceu há 50 anos está errado, deturpa a verdade dos factos e promove apenas a desinformação e o ódio entre todos.

Aplausos do PS e do L.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Gostaria ainda de dar uma nota relativamente ao aumento da criminalidade grupal e da criminalidade violenta, que é um facto. Há um aumento, sim, de 2,6 % da criminalidade violenta e 7,7 % da criminalidade grupal, sendo que o próprio relatório não só diz a estatística, como diz que o grosso desta criminalidade grupal tem a ver com grupos na *internet* que pirateiam, que fazem *hacking* aos computadores dos outros e aos dados das outras pessoas. Diz ainda que o grosso desses grupos tem a ver com terrorismo russo, com organizações russas e organizações anglófonas, da própria Europa. Isso também é lá dito.

No entanto, gostaria de dar uma nota: este aumento de 7,7 % da criminalidade grupal é relevante, mas é importante também pô-lo no seu devido lugar. Estamos a falar de 0,15 % de todas as participações criminais no nosso País, repito, 0,15 %. Portanto, o aumento de 7,7 %, que não nos agrada, que deve ser combatido, é na realidade uma irrelevância no que diz respeito aos dados da criminalidade no nosso País.

Por fim, gostaria de dizer à Sr.^a Ministra o seguinte: ao longo dos últimos anos, da última década, o nosso País evoluiu muito. Somos, de facto, um dos países mais seguros do mundo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Tem dias!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Há pouco chamaram-nos «fruta podre»!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — É muito importante que continuemos a sê-lo, e temos plena confiança em todos os nossos agentes da segurança pública, da ordem pública, das nossas polícias, da justiça, para continuar assim.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não regista mais inscrições, mas os tempos residuais que restam também mal chegariam para isso.

Não havendo nenhum grupo parlamentar, nem o Governo, que se inscreva para gastar os segundos residuais, terminamos o nosso debate de hoje, relativamente à discussão do *Relatório Anual de Segurança Interna*.

Lembro que amanhã, quinta-feira, os nossos trabalhos terão início às 15 horas e 30 minutos, dado que haverá a instalação das comissões parlamentares até essa hora.

A agenda de amanhã consiste no debate sobre o Inquérito Parlamentar n.º 1/XVII/1.^a (L) — Comissão parlamentar de inquérito à preparação, prontidão e planeamento de crises e emergências de larga escala na sequência do apagão energético de 28 de abril, no primeiro ponto.

No segundo ponto, teremos o debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 197/XVI/1.^a (Cidadãos) — Proposta de alteração ao regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais — Pelo encerramento do comércio aos domingos e feriados e pela redução do período de funcionamento até às 22 horas, e 38/XVII/1.^a (BE) — Determina o encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados com a exceção dos cinemas e estabelecimentos de restauração.

O terceiro ponto consistirá na discussão da Petição n.º 22/XVI/1.^a (Alberto Jaime Marques Midões e outros) — Manifesto da insubmissão médica aos poderes político e económico, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 35/XVII/1.^a (PAN) — Reintegra o internato médico na carreira médica, alterando diversos diplomas e 39/XVII/1.^a (BE) — Valorização da carreira médica (alteração ao Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto), e ainda com os Projetos de Resolução n.ºs 53/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a revisão do calendário de escolha das especialidades médicas e 57/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que crie uma bolsa de formação específica destinada a médicos internos.

Do quarto ponto consta a apreciação das Petições n.ºs 224/XV/2.^a (Joana Catarina Oliveira Paiva e outros) — Comparticipação em material/medicamentos para pessoas com epidermólise bolhosa e 256/XV/2.^a (Ana Cristina Ramada Morête e outrostresa) — Reposição da comparticipação das vacinas antialérgicas em Portugal, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 40/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um regime de comparticipação especial dos medicamentos, materiais e dispositivos médicos utilizados no tratamento da epidermólise bolhosa, 44/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios (vacinas antialérgicas), 48/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta os cuidados de saúde aos doentes com epidermólise bolhosa, 51/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a comparticipação integral dos tratamentos de imunoterapia específica com alergénios, 59/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios, 60/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo medidas de apoio aos doentes com epidermólise bolhosa, 68/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo de viabilidade com vista à implementação de um regime de comparticipação especial para doentes de epidermólise bolhosa e 69/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do Plano Nacional de Vacinação no âmbito da vacinação do adulto.

Muito obrigada, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 56 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.